

A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS DA EJA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DE PROJETOS

THE PARTICIPATION OF SCHOOL MANAGEMENT IN THE MOTIVATION OF EJA STUDENTS THROUGH PROJECT PEDAGOGY

Cícero Romão de Andrade Amorim¹
Marcel Pereira Pordeus²

RESUMO: Este estudo é um recorte da minha dissertação de mestrado, realizado na Universidad Interamericana, destaca o papel da gestão escolar na motivação dos alunos da EJA IV da EMEIF - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Antônio Correia Lima, localizada, em Fortaleza-CE. A referida escola realiza uma série de atividades pedagógicas e projetos escolares com o intuito de motivar os alunos e, se não erradicar, pelo menos diminuir os casos de desistência ou abandono. Para tanto, recorre-se a alguns estudos de pesquisadores dessa temática, a exemplo de Paulo Freire, além de artigos disponibilizados na internet, bem como a legislação vigente, mormente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 9.394/96, e Constituição Federal do Brasil de 1988. A metodologia deste estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo, realizada na escola citada, por meio de entrevistas semiestruturadas. Conclui-se, portanto, que a participação da gestão escolar na elaboração e aplicação dos projetos tem sido de fundamental importância, uma vez que se constata que as metodologias de projetos podem influenciar não só no resultado final do curso, como também na ampliação de oportunidades de aprovação dos cursistas, visto que promovem maior interesse e consequentemente maior aprendizado, aumentando, dessa forma, suas respectivas visões de mundo.

2277

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia de Projetos. Motivação. Gestão escolar.

ABSTRACT: This study is an excerpt from my master's thesis, carried out at Universidad Interamericana, it highlights the role of school management in motivating EJA IV students at EMEIF - Antônio Correia Lima Municipal School of Early Childhood Education, located in Fortaleza- EC The aforementioned school carries out a series of pedagogical activities and school projects with the aim of motivating students and, if not

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará(1995), especialização em Gestão Escolar, com ênfase em Coordenação Pedagógica, pela faculdade Vale do Salgado (2012). Mestrado em Ciências da Educação, pela Universidad Interamericana (2017). E-mail: romaociceroamorim@gmail.com.

²Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Conceito 4 CAPES. Graduado em Letras: Português / Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduando em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - (RS). Pesquisador Associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC, com o estudo das Teorias e Métodos das Ciências Humanas e Sociais. Bolsista de Iniciação Científica do CLAEC/Fundação Araucária, com desenvolvimento do estudo: (Re)Configurações socioculturais em tempos de pandemia: práxis reflexiva sobre o Estado do Paraná/PR. E-mail: marcelppordeus@hotmail.com.

eradicating, at least reducing cases of dropout or abandonment. In order to do so, we resort to some studies by researchers on this subject, such as Paulo Freire, in addition to articles available on the internet, as well as the current legislation, especially the Law of Directives and Bases of National Education, law no. 9,394/96, and the Federal Constitution of Brazil of 1988. The methodology of this study was based on bibliographic research and field research, carried out in the aforementioned school, through semi-structured interviews. It is concluded, therefore, that the participation of school management in the elaboration and implementation of projects has been of fundamental importance, since it appears that project methodologies can influence not only the final result of the course, but also the expansion of opportunities. of approval of the course participants, since they promote greater interest and consequently greater learning, thus increasing their respective worldviews.

Keywords: Youth and Adult Education. Project Pedagogy. Motivation. School management.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que ao longo dos anos, uma grande parcela dos educandos se apresenta desmotivada em relação aos estudos. De modo geral, as práticas realizadas pelos professores em sala de aula não os motivam a continuarem estudando nas escolas. O resultado tem sido um número elevado de alunos se evadindo, principalmente no turno da noite, ou seja, o horário destinado à formação dos jovens e adultos – que por algum motivo não concluíram seus estudos na idade adequada. Por esse motivo, esse trabalho propõe a estudar de qual forma a gestão escolar da EMEIF Antônio Correia de Lima está motivando a turma da EJA (Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao 6º e 7º ano do Ensino Fundamental), do turno da noite em relação a assiduidade e a participação nas atividades pedagógicas da escola.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinado àqueles(as) que por algum motivo ou razão não tiveram acesso à educação escolar, ou que apresentam descontinuidade em seus estudos, segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (2011). O objetivo dessa modalidade é desenvolver nos educandos o exercício da autonomia. A consciência crítica e a melhor compreensão do mundo e dos espaços sociais que estão inseridos, também fazem parte dos seus objetivos.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM BREVE HISTÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um método de ensino destinado a estudantes que, por algum motivo, não têm acesso à educação escolar no momento certo ou

que são interrompidos em seus estudos. Este tipo de ensino tem por objetivo desenvolver autonomia entre os alunos, conforme estabelecido nas diretrizes para os currículos da SME:

A consciência crítica e a melhor compreensão são do mundo, com vista a sua inserção participativa nos espaços sociais nos quais está inserido. Além disso, possibilita ao jovem, adulto e idoso aperfeiçoarem conhecimento adquiridos na educação não formal ao longo da vida, por meio de troca de experiência, propiciando o acesso a novas e múltiplas configurações do mundo do trabalho e da cultura (Diretrizes Curriculares para EF, 2011, online).

As primeiras ações do poder público para atender jovens e adultos no Brasil só ocorreram no início do século XX. Somente em 1931, com a reforma de Francisco Campos, foi necessário criar instrumentos para a continuação de estudos para a população adulta. Três anos depois, na constituição de 16 de julho de 1934, a educação de adultos foi apontada como uma das metas de interesse nacional.

Nos anos de 1960 o educador pernambucano Paulo Freire propôs uma reformulação pedagógica voltada para o ensino de adultos, baseado nos princípios da educação popular, valorizando a ética do educador e a bagagem cultural do educando. Freire propôs que os educadores que buscassem compreender a realidade dos aprendizes, participando do universo cultural de cada um, para adequarem o estudo da escrita e leitura à problematização dessa realidade (FREIRE, 2014).

2279

Com a chegada do regime militar (1964), a educação popular passou a ser oprimida. Em seu lugar, os militares instituíram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL evitava problematizar a realidade dos estudantes. Bello (1993) cita que:

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas.

Por ocasião da abertura política da década de 1980, a população intensificou a crítica ao MOBRAL, considerando-o ultrapassado. O MOBRAL foi extinto em 1985 e substituído pela fundação educar, que passou a financiar iniciativas de governos locais, entidades civis e empresas conveniadas. O supletivo aparece na legislação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5692/71, com a ideia de um aligeiramento de conteúdos, encurtar o tempo de escolaridade, dentro de uma educação compensatória.

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§ 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos (BRASIL, 1971, online) .

A resolução CD/FNDE nº 65, de 13 de dezembro de 2007, regulamenta a agenda territorial de desenvolvimento integrado de alfabetização e educação de jovens e adultos. Em 2008, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser financiada com recursos do FUNDEB e, em 2009, pela resolução nº 51/09. A Educação de Jovens e Adultos se inseriu no programa nacional do livro didático.

Assiste-se, na contextura atual, a um intenso debate sobre a importância da educação escolar para o desenvolvimento das pessoas, mas também para o desenvolvimento econômico dos países, pois a maior riqueza que uma Nação pode produzir é o conhecimento. Estas discussões se tornaram mais intensas no Brasil no momento da universalização do Ensino Fundamental e expansão da Educação Infantil e do Ensino Médio. No caso do Brasil, temos que atualizar o papel da escola na sociedade atual e resgatar todo um histórico de exclusão do ponto de vista das aprendizagens de crianças, jovens e adultos das classes populares, que sempre estiveram dela excluídas.

É consenso que a mudança qualitativa das aprendizagens dos alunos passa pela formação dos professores e também aponta que o papel da equipe diretiva da escola assume fundamental importância neste processo de mudanças. O que buscamos aqui é estabelecer o verdadeiro e significativo papel da equipe gestora da escola na melhoria da educação oferecida à grande população brasileira, que por muito tempo foi excluída do sistema público de ensino. Uma aprendizagem de qualidade demanda intervenções pedagógicas e educacionais por parte do diretor, do vice-diretor e dos coordenadores.

2.1 A formação do gestor

A partir da década de 1970, alguns estados brasileiros instituíram concursos públicos para escolha desses profissionais, dos quais se exigia titulação compatível com os cargos a serem ocupados. Contudo, esse avanço político, em termos da área do magistério, teve um recuo a partir da década de 1990, quando houve o acesso ao cargo de especialistas de ensino a professores sem formação especializada em pedagogia.

Entre os motivos proclamados para justificar a flexibilidade da atuação desse profissional no ambiente escolar, pode-se destacar: i) eleição entre os próprios professores da escola para assumir os cargos na gestão; ii) o discurso neoliberal de flexibilidade do mercado de trabalho na educação, e iii) o embate acadêmico sobre a formação do pedagogo.

O pedagogo deve ter amplo domínio dos conceitos, teorias, instrumentos e princípios pedagógicos que envolvem os processos educativos escolares que extrapolam os saberes docentes, porém é necessário que ele tenha uma ampla experiência como professor. Nesse sentido, formação e experiência docente se tornam necessárias às funções do pedagogo escolar.

É sabido que os professores sozinhos não conseguem enfrentar e encaminhar os processos educativos que demandam da escola pública e que, geralmente, extrapolam a sala de aula. Desse contexto, aparece a figura do gestor escolar, que além de apoio ao trabalho do professor em sala de aula, articule-o aos demais segmentos que tratam do educativo da escola. E esse gestor deve ter um amplo conhecimento pedagógico.

O cargo de comando da escola deve ser entregue a alguém que saiba ouvir as pessoas, comunicar-se com clareza, liderar democraticamente o grupo, mas que possua também profundos conhecimentos da organização sistemática da escola, teoria de currículo, políticas públicas na área da educação escolar, avaliação do processo de ensino e aprendizagem, as teorias de aprendizagem, as técnicas de ensino, planejamento de ensino de aula e um amplo embasamento no campo das ciências da educação.

O gestor deve ser um pesquisador que saiba ler essa realidade para além do que aparenta ser. Destaca-se ainda a articulação das atividades escolares com a comunidade local. A formação de professores tem privilegiado a prática docente, colocando-a no centro dos processos de formação contínua desses profissionais. O conhecimento pedagógico, embora esteja muito próximo do conhecimento docente, dele difere, e o gestor deve unir os

dois saberes para realizar com a exatidão a prática diretiva escolar.

A questão do poder que perpassa os processos educativos em uma sociedade de desiguais, do ponto de vista dos poderes econômicos e políticos, é evidenciada no caráter prático da educação, levado em frente por diferentes grupos sociais. A especificidade da ciência da educação, como campo de conhecimento, é o fato de que seu objetivo de estudo é também produzido na prática, pela prática e voltado para a prática.

A prática é a referência para a transformação de realidade, mas não uma prática qualquer, e sim uma prática carregada de intencionalidade. O educador tem clareza da intenção imprimida desde uma simples atividade em sala de aula, até os fins mais amplos da sua prática profissional. A gestão pedagógica deve estar consciente que o conhecimento é o elemento constituinte da relação pedagógica entre o professor e o aluno, e a maneira como o educador o concebe pode ser assimilado pelo aluno. Assim, o conhecimento que o aluno assimila pode atuar na perspectiva da transformação social.

O caráter prático da educação atribui a ela a dimensão de uma atividade prática carregada de uma intenção (teoria) transformadora da realidade. O conceito de *práxis* desenvolvido por Marx e Engels (2010), compreendem que:

A questão de saber-se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva – não é uma questão de teoria, mas uma questão prática. É na *práxis* que o homem tem de comprovar a verdade, isto é, realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento [...]. A doutrina materialista da transformação da circunstância e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado [...]. A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis* revolucionária (p. 103-104).

A *práxis* está carregada de intencionalidade, como expressão do caráter terreno do pensamento. Considerar que os indivíduos podem interferir na herança recebida implica em compreender a prática educativa institucionalizada possível de transformação. Para Sacristan (1999), o objetivo primordial do conhecimento sobre a educação é iluminar a prática retrospectivamente, de modo que seja desmascarado aos educadores o caráter histórico da realidade educativa. Somente assim eles podem ser protagonistas de sua própria história. “A intencionalidade é condição necessária para a ação, o autor desconsidera as ações mecânicas e involuntárias por não as considerar plenamente humanas” (SACRISTAN, 1999, p. 33).

Por outro lado, o sentido do agir não se reduz a ter motivos ou boas razões: é necessário que se queira fazê-lo. Para Sacristan (1999, online): “O que move a ação é o

jogo combinado de desejo pelo conhecimento que não se compõe de regras, mas de princípios aplicados com a sabedoria”.

2.2 Sobre a atuação da equipe diretiva da escola

O trabalho da equipe gestora de uma unidade de ensino tem como prevalência facilitar o trabalho docente, à medida que dão apoio à retaguarda das necessidades do professor. Nesse cenário, há comprometimento e ajudam na realização do trabalho. Uma gestão comprometida deve auxiliar na prática pedagógica e nas diretrizes a serem tomadas. Mesmo com poucos recursos pedagógicos deve auxiliar os professores.

O diretor e o coordenador pedagógico têm papel fundamental no diálogo com a prática pedagógica. Quanto à direção da escola, cabe o papel de se ocupar da parte burocrática e da escola com um todo. A gestão deve fazer refletir o trabalho de cada um dos professores. Sendo que o coordenador pedagógico trabalha trazendo atividades, propondo análise e estudo, auxiliando os professores e o diretor nos trabalhos desenvolvidos no dia a dia, mais precisamente sendo um elo entre gestão e docência.

Ainda faz parte de uma boa gestão escolar resolver problemas extraclasse para o bom funcionamento da escola. Contribuir incentivando, ajudando, apoiando e direcionando os problemas que vão surgindo, propondo soluções e colaborando para um ambiente de amizade e responsabilidade. Na medida do possível atuam junto às famílias e buscam resolver os problemas. Principalmente com os alunos com problemas de comportamento relacionados à disciplina escolar.

As condições educacionais resultam das condições de trabalho do professor, e estão diretamente relacionadas à forma como a escola funciona. Quanto maiores e melhores essas condições materiais, maior a possibilidade de práticas educacionais de melhor qualidade. No entanto, a prática educacional na escola também depende de seus representantes, da formação profissional de educadores e de suas condições de vida, e das dos alunos.

Com efeito, se o professor não tiver um mínimo de treinamento, a ação educacional não ocorrerá da mesma maneira, apesar das condições materiais satisfatórias. Sem um mínimo de condições materiais, a ação pedagógica não ocorre, mesmo que o professor esteja bem-preparado. A ação pedagógica requer, portanto, uma interação positiva entre as condições materiais, as condições profissionais de seus educadores e as

condições de vida de um aluno.

Como assevera Paro (2002), ao se referir às atividades da direção da escola:

Em termos práticos, as atividades de direção restringem-se ao diretor – e aos assistentes de diretor, seu coadjuvante – no comando da escola. Mas estes também acabam se envolvendo em atividades rotineiras que pouco têm a ver com uma verdadeira coordenação do esforço do pessoal escolar com vista à realização de objetivos pedagógicos. Concorrem para isso, em grande medida, as precárias condições de funcionamento da escola pública, que se vê às voltas com falta de materiais didáticos, espaço físico impróprio para suas funções, móveis e equipamentos deteriorados, formação inadequada do corpo docente, escassez de professores e demais funcionários, falta de recursos financeiro. Diante desse quadro não é difícil imaginar as dificuldades da direção em coordenar esforços de pessoas cujas atividades dependem de recursos inexistentes (PARO, 2002, p. 73).

Porém, os professores e os pais esperam do gestor encaminhamentos que resolvam os problemas, a exemplo disso, garantir uma aprendizagem de qualidade a todos os alunos, mesmo em condições de vida miseráveis, com uma turma superlotada em uma escola sem condições física adequadas.

2.3 A coordenação pedagógica

O papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas é caracterizado por uma série de expressões que se referem praticamente ao mesmo trabalho que o pedagogo desenvolveu no monitoramento das atividades do corpo docente. São eles: supervisão educacional, supervisão escolar, supervisão educacional, apoio educacional e orientação educacional. Existem grandes diferenças na nomenclatura funcional. Encontrado em diferentes estados e comunidades.

A gênese da ideia de supervisão educacional já estava presente no trabalho dos jesuítas, no início da colonização do país – presente na figura do prefeito dos estudos. Desde a institucionalização dessa profissão no País, evidencia-se o seu caráter fiscalizador até hoje atribuída ao trabalho dos coordenadores pedagógicos. Essas concepções vão sofrendo pequenas alterações ao longo do tempo, mas preservam muitas das intenções iniciais.

Nas primeiras décadas do século XX, mormente em 1928, há destaque para a reforma pernambucana (Carneiro Leão) – estabelecendo a separação entre a parte administrativa e a parte “técnica”, surge a figura do supervisor – cabendo ao diretor a parte administrativa, ficando o supervisor com a parte técnica. O trabalho do supervisor pedagógico atua a partir do posicionamento e decisões que devem tomar em situações

educativas específicas e muitas vezes imprevistas.

Por não serem únicas, elas não podem ser enfrentadas exclusivamente por um conhecimento previamente produzido. Ao intervir nessas situações o pedagogo recorrer ao conhecimento já sistematizado e aos saberes da sua experiência como educador.

2.4 A administração escolar

É certamente a área mais tradicional dos especialistas de ensino. Principalmente quando a identificamos com a figura clássica do diretor que tudo fazia numa escola de proporções sempre reduzidas. Lourenço Filho (1970) ilustra bem esse atendimento ao apreciar como deveria ser o relacionamento entre os deveres dos professores e dos diretores de escola. Cabe ao professor, dentre outras obrigações:

1 - dar andamento aos programas de ensino, atendidas as instruções metodológicas e padrões de rendimento, quer em relação a objetivos imediatos, quer mediatos, na classe que lhe esteja entregue.

2 - executar as diretrizes gerais que lhe transmita o diretor, complementando-as, no que deva, a fim de assegurar a melhor cooperação dos alunos (LOURENÇO FILHO, 1970 p. 123).

Por outro lado, caberia ao diretor:

1 - estimular o andamento dos programas de ensino e execução de instruções metodológicas e a compreensão dos padrões de rendimento, superintendendo-os em todas as classes.

2 - interpretar e fazer executar as diretrizes assentadas pela mais alta administração, adaptando-as ao trabalho dos mestres e alunos das escolas (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 123).

A presença dos pedagogos nas escolas – os professores atribuem claramente à equipe diretiva da escola a atuação no campo pedagógico. Dando apoio ao trabalho docente, centralizando sua ação no campo pedagógico, colaborando na integração do trabalho escolar e atuando junto aos alunos.

A escola assume a escolha de um currículo para promover o desenvolvimento intelectual dos alunos e contribuir para a realização da cidadania baseada no conhecimento e no trabalho. As relações instituídas pela escola e a cidadania são interdependentes, porém, é importante saber que os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo do tempo foram sistematizados e organizados para dar origem a escola.

O foco no conhecimento se faz necessário nos dias de hoje, tentando afastá-lo do currículo escolar, devido a outras necessidades sociais existentes nas várias sociedades. Para Young (2011), o desenvolvimento intelectual é baseado em conceitos e não em

conteúdos, mas estes são necessários à aquisição de conceitos.

O conteúdo, portanto, é importante, não como fatos a serem memorizados, como no currículo antigo, mas porque sem ele os estudantes não podem adquirir conceitos e, portanto, não desenvolverão suas compreensões e não progredirão em seu aprendizado (YOUNG, 2011, p. 614).

Entende-se que o conhecimento é a razão de ser da escola, que os conteúdos são necessários à construção dos conhecimentos, que o conhecimento se processa a partir da utilização de estratégias cognitivas, por quem aprende; que a aprendizagem escolar, dita significativa, se faz com base nos conceitos provenientes das diferentes ciências constituídas em disciplinas escolares.

Neste sentido, a gestão escolar da EMEIF Antônio Correia Lima compreende que o planejamento estratégico é o primeiro passo a ser adotado, pois ele consiste em tomar decisões atuais, organizar as atividades necessárias à execução das decisões tomadas e, por meio de acompanhamento, verificar o resultado dessas decisões em relação às expectativas. O planejamento estratégico permite identificar possibilidades a partir do conhecimento das realidades externas e internas; exige a elaboração de plano, o estabelecimento de políticas, a definição de caminhos a percorrer e a concretização dos propósitos.

Ficam estabelecidos os dois níveis de gestão no espaço da sala de aula; o primeiro, do ensino e o segundo, do estudo – fora da sala de aula, mas inteiramente comprometido com as condições ao trabalho pedagógico, situa-se o terceiro nível de gestão: a escola.

2286

CONCLUSÃO

Percebemos ao longo da pesquisa que na EMEIF Antônio Correia Lima existe uma relação direta entre a teoria metodológica dos projetos e uma boa receptividade destes por parte dos alunos, no sentido de motivá-los nos estudos. A participação da gestão escolar é de fundamental importância na elaboração e aplicação desses projetos, facilitando o envolvimento dos alunos através de métodos motivacionais que lhes permitem levar a frente o projeto, seja ele um projeto coletivo ou de um projeto de vida.

Uma dose de motivação leva os alunos da EJA IV a frequentarem aulas com certa regularidade, alcançando boas notas, participando das aulas e mantendo uma boa assiduidade. São jovens e adultos que não concluíram os estudos no período correto, e que sentiram a necessidade de continuar os estudos após outras fases de suas vidas. Enfrentam

muitas dificuldades como a distância entre suas residências e a escola. O horário do trabalho que nem sempre coincide com o horário do início das aulas. A gravidez na adolescência e o cansaço do dia a dia.

Nesse âmbito, a educação de jovens e adultos é expressa como possibilidade de aprendizagem significativa, favorecendo o desenvolvimento pleno da cidadania, cumprindo a tarefa de disseminar discussão entre os profissionais e discentes sobre questões pertinentes à realidade sociocultural brasileira, como a pluralidade cultural e a discriminação a que grande parte da população está sujeita, as questões éticas, como a dignidade, a possibilidade de promoção da saúde, a preservação ambiental e sexualidade, dentre outras, contribuindo para a formação de uma sociedade, e para a formação de princípios mais democráticos e isonômicos.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que visa, neste momento histórico, ao atendimento de jovens, adultos e idosos, que, por diferentes motivos, tiveram impossibilitados noutro momento o acesso à educação escolarizada, e queiram se qualificar permanentemente, com base na condição de incompletude do ser humano. E, com esta compreensão, traz-se como grande princípio a educação dialógica e emancipatória que se dá ao longo de toda a vida.

2287

Os EJAs são espaços onde o aluno através de sua maturidade enquanto cidadãos tentam através da sua autonomia, recuperar o tempo perdido de aprendizagem formal no passado. Muitos chegam ao EJA despreparados e sem base escolar para dar prosseguimento aos estudos. Isso contribui para uma desmotivação em seguir estudando, e acaba contribuindo para a evasão.

A aplicação de projetos tem sido uma prática pedagógica que tem contribuído para motivar os alunos e, além disso, diminuir a evasão escolar, especialmente no turno da noite nos EJAs. Os projetos têm contribuído para ampliar o conhecimento do educando, proporcionando uma nova aprendizagem sobre vários assuntos trabalhados.

Percebemos também que na EMEIF Antônio Correia Lima a aplicação de projetos que usam motivar os alunos da EJA IV a permanecer frequentando as aulas e participando de duas realizações, é de fundamental importância para a motivação desses alunos. O envolvimento dos alunos nos projetos ficou bem claro na pesquisa realizada com questionários aplicados a dez alunos da EJA IV, obtendo uma média de 80% de aprovação dos projetos.

A metodologia dos projetos com certeza influencia no resultado final, garantindo a estes alunos maior possibilidade de aprovação. Visto que ao participarem dos projetos eles estão aprendendo mais e adquirindo mais conhecimentos, aumentando desse modo sua visão de mundo. A presença da gestão escolar tentando minimizar o máximo desses problemas são de fundamental importância. E ela se faz presente através de ações como: a flexibilidade do horário de entrada, na escola, dos alunos que trabalham. O lanche, que é servido antes do início das aulas. e principalmente a aplicação da pedagogia de projetos que motivam os educandos a frequentar mais aulas.

Em um mundo capitalista como o nosso, a busca por um diploma de nível médio, sem considerar o aprendizado, é compreensível, no entanto precisamos desmitificar essa temática, pois as pessoas estão constantemente em uma disputa por empregos, carreiras etc., e os mais qualificados saem na frente nesta disputa.

Os alunos precisam se conscientizar que estudar apenas na perspectiva de conseguirem o diploma de ensino médio para ingressarem no mercado de trabalho e/ou conseguirem um emprego melhor no futuro, não deve ser o principal motivo para continuarem estudando.

Devem buscar sempre melhorar o conhecimento, pois aquilo que aprendem na escola, poderá ser usado por eles durante toda sua vida. Não podemos deixar de considerar que a condição econômica e social dos alunos é fator determinante de sua dedicação aos estudos, pois se o aluno é responsável financeiramente por uma família, por seus filhos etc. é obrigado a dar prioridade ao seu emprego frente à sua educação. Muitos destes alunos são obrigados a abandonar os estudos para se dedicarem ao sustento de suas famílias.

A participação ativa dos gestores escolares é um fator muito importante na luta contra a evasão dos alunos, pois sabemos que quem tem o maior contato no dia a dia dos alunos são os professores, no entanto, os dados da pesquisa aqui apresentada nos mostram que os gestores também têm uma participação na motivação dos alunos, contribuindo para que os mesmos não desistam de seus estudos e que possam chegar ao final de sua vida escolar com êxito.

De acordo com os dados auferidos na escola pesquisada, muitos alunos responderam que os projetos ajudam em uma melhor compreensão do mundo. É uma grande satisfação em saber que a aceitação dos projetos por parte dos alunos chegou a uma aceitação deste nível, pois os gestores e professores se empenham muito para a realização destes projetos. Conforme apresentado na pesquisa, vimos que a maioria dos alunos

aprova a realização dos projetos aplicados na Escola, e que realmente eles os motivam para a continuação de seus estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Documento básico Mobral**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do sistema público municipal de ensino de Fortaleza**. Flavia Regina de Gois Teixeira, Ana Maria Iorio Dias (org.). Fortaleza: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Paulo Freire: Organização Ana Maria Araújo Freire. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOURENÇO, Filho, M. B. **Organização e administração escolar: curso básico**. São Paulo: Melhoramento, 1970

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

SACRISTÁN, G. O que é uma escola para a democracia. *In: Pátio Revista Pedagógica*. Comunidade e escola – a integração necessária. Porto Alegre: Ed: Artes Médicas, v. 3, n. 10, ago./out., 1999.

YOUNG, M. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48, set./dez. 2011.